

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Taiara Ferreira Santiago Silva de Oliveira

Instituição vinculada: São Luís University.

<http://lattes.cnpq.br/9313122178410765>

<https://orcid.org/0009-0004-2562-0203>

E-mail: thayedsonsantiago20@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3-60>

RESUMO: A efetivação da educação inclusiva ultrapassa a garantia de matrícula dos estudantes público da Educação Especial nas classes comuns, envolvendo condições de participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento no ambiente escolar. Nesse contexto, a expansão de serviços especializados e de estruturas institucionais constitui importante dimensão da política educacional, mas não permite, isoladamente, concluir que a inclusão esteja efetivamente consolidada. Este estudo tem como objetivo analisar a estrutura institucional e as políticas de Educação Especial da rede municipal de ensino de Tangará da Serra – MT, identificando condições, desafios e possíveis barreiras relacionadas à efetivação da educação inclusiva. Trata-se de pesquisa documental, descritiva e analítica, de abordagem qualitativa, com utilização de dados quantitativos secundários. Foram considerados dados educacionais, documentos normativos e institucionais, legislação municipal, registros do poder público e literatura científica relacionada à educação inclusiva, à Educação Especial e às barreiras pedagógicas e atitudinais. A análise contempla a evolução das matrículas, a organização dos serviços especializados, as Salas de Recursos Multifuncionais, o Atendimento Educacional Especializado, a estrutura profissional e as diretrizes estabelecidas pela política municipal. Os resultados indicam a existência de trajetória de institucionalização e expansão da Educação Especial na rede municipal, com ampliação de serviços e mecanismos de atendimento. Entretanto, os dados disponíveis concentram-se predominantemente em indicadores de acesso e estrutura, não permitindo mensurar diretamente a ocorrência de barreiras atitudinais ou pedagógicas no cotidiano escolar. Evidencia-se, assim, um possível descompasso entre a expansão quantitativa da estrutura institucional e a capacidade de avaliar sua efetividade sobre participação, aprendizagem e pertencimento. Conclui-se que o fortalecimento da política municipal requer, além da manutenção e qualificação dos serviços existentes, mecanismos de acompanhamento capazes de articular indicadores de acesso, participação, aprendizagem, acessibilidade e trabalho colaborativo entre os profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Educação especial. Barreiras pedagógicas. Barreiras atitudinais. Políticas educacionais. Tangará da Serra.

EXPANSION OF SERVICES AND CHALLENGES FOR THE IMPLEMENTATION OF INCLUSIVE EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE SPECIAL EDUCATION POLICY IN THE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM OF TANGARÁ DA SERRA, MT

ABSTRACT: The implementation of inclusive education goes beyond ensuring the enrollment of students who are the target population of Special Education in regular classes, involving conditions for participation, learning, autonomy, and belonging within the school environment. In this context, the expansion of specialized services and institutional structures represents an important dimension of educational policy; however, it does not, by itself, demonstrate that inclusion has been effectively consolidated. This study aims to analyze the institutional structure and Special Education policies of the municipal education system of Tangará da Serra, Mato Grosso, Brazil, identifying conditions, challenges, and possible barriers related to the implementation of inclusive education. This is a documentary, descriptive, and analytical study with a qualitative approach, using secondary quantitative data. Educational data, normative and institutional documents, municipal legislation, public records, and scientific literature on inclusive education, Special Education, and pedagogical and attitudinal barriers were considered. The analysis addresses the evolution of enrollments, the organization of specialized services, Multifunctional Resource Rooms, Specialized Educational Assistance, the professional structure, and the guidelines established by municipal policy. The results indicate a trajectory of institutionalization and expansion of Special Education within the municipal education system, including the expansion of services and support mechanisms. However, the available data predominantly focus on access and structural indicators and do not allow the direct measurement of attitudinal or pedagogical barriers in everyday school practices. Thus, a possible gap is identified between the quantitative expansion of institutional structures and the capacity to assess their effects on participation, learning, and belonging. It is concluded that strengthening municipal policy requires not only maintaining and qualifying existing services, but also developing monitoring mechanisms capable of integrating indicators of access, participation, learning, accessibility, and collaborative work among education professionals.

KEYWORDS: Inclusive education. Special education. Pedagogical barriers. Attitudinal barriers. Educational policies. Tangará da Serra.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental do direito à educação e pressupõe que todos os estudantes tenham asseguradas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem no sistema educacional. No Brasil, esse princípio encontra respaldo em um conjunto de dispositivos legais e normativos, entre os quais se destacam a Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esses marcos contribuíram para consolidar uma

concepção de educação que reconhece a necessidade de eliminar barreiras que dificultem a participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições.

A consolidação dessa perspectiva implica superar uma compreensão restrita da inclusão escolar como simples inserção física ou garantia de matrícula em classes comuns. Embora o acesso seja condição indispensável, a efetivação da inclusão envolve também a possibilidade de o estudante participar das atividades escolares, interagir com seus pares, acessar o currículo, desenvolver aprendizagens e construir relações de pertencimento no ambiente educacional.

Booth e Ainscow (2011), ao discutirem a construção de sistemas educacionais inclusivos, destacam a importância da transformação das culturas, políticas e práticas das instituições. Nessa perspectiva, a presença do estudante na escola não constitui, por si só, evidência suficiente de inclusão efetiva.

A análise da inclusão escolar exige, portanto, atenção às barreiras que podem restringir a participação e a aprendizagem. Entre essas barreiras encontram-se as de natureza pedagógica e atitudinal. As barreiras pedagógicas estão relacionadas às formas de organização do ensino, abrangendo aspectos como currículo, planejamento, metodologias, avaliação, recursos de acessibilidade, formação profissional e articulação entre os diferentes serviços e profissionais envolvidos no processo educativo.

Já as barreiras atitudinais relacionam-se a preconceitos, estigmas, baixas expectativas, superproteção, infantilização, práticas de segregação e outras atitudes que podem limitar a autonomia e a participação dos estudantes.

No âmbito da Educação Especial, a existência de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Salas de Recursos Multifuncionais e profissionais especializados constitui importante mecanismo de apoio à escolarização. Entretanto, esses recursos devem ser compreendidos como elementos articulados ao trabalho desenvolvido na escola comum, e não como substitutos da responsabilidade pedagógica pela escolarização do estudante.

Dessa forma, a existência de serviços especializados constitui condição relevante para a implementação da política de inclusão, mas sua presença quantitativa não permite,

isoladamente, avaliar a qualidade das experiências educacionais produzidas no cotidiano escolar.

Essa questão ganha importância diante da expansão da Educação Especial no sistema educacional brasileiro. O crescimento das matrículas de estudantes público da Educação Especial em classes comuns representa avanço significativo no processo de ampliação do acesso à educação. Entretanto, o aumento das matrículas e da oferta de serviços especializados também amplia a responsabilidade das redes de ensino quanto à garantia de condições efetivas de participação e aprendizagem.

Consequentemente, a avaliação das políticas de inclusão precisa ultrapassar indicadores exclusivamente quantitativos e considerar as condições institucionais e pedagógicas que possibilitam transformar o acesso em experiências educacionais efetivamente inclusivas.

No município de Tangará da Serra, Mato Grosso, observa-se uma trajetória de institucionalização da Educação Especial, marcada pela existência de regulamentação municipal, serviços especializados, Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado e estrutura própria de atendimento.

O Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei Complementar nº 206/2015, estabeleceu estratégias relacionadas à ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais, à formação continuada e ao fortalecimento do atendimento aos estudantes público da Educação Especial. O município também conta com o Centro Municipal de Educação Especial Professora Isoldi Storck, compondo uma estrutura institucional específica para o atendimento educacional.

Dados municipais apresentados no estudo original indicam que, em 2023, a rede municipal registrava 12.431 matrículas e 240 matrículas de estudantes com deficiência, além da existência de 16 Salas de Recursos Multifuncionais. Esses dados evidenciam a presença de uma estrutura institucional relevante, mas não permitem, isoladamente, concluir sobre a qualidade ou a efetividade das práticas inclusivas desenvolvidas nas escolas. A própria diferença entre indicadores de estrutura e indicadores de participação e aprendizagem constitui uma questão relevante para a análise da política municipal.

Além disso, documentos institucionais recentes demonstram que a organização da Educação Especial permanece em processo de discussão no município. Em 2026, por exemplo, foram apresentados requerimentos na Câmara Municipal solicitando informações relacionadas aos cargos, à ocupação, ao planejamento e aos critérios de atuação dos profissionais da Educação Especial.

Tais documentos não constituem, por si mesmos, evidências de insuficiência ou de falhas da política municipal, mas demonstram a existência de questões institucionais que permanecem em debate e que podem contribuir para a compreensão dos desafios de implementação da política.

Nesse cenário, torna-se necessário distinguir aquilo que os dados disponíveis permitem demonstrar daquilo que ainda depende de investigação empírica direta. Dados administrativos e documentos oficiais são capazes de evidenciar a existência de políticas, serviços, profissionais, estruturas e diretrizes institucionais. Entretanto, não permitem mensurar diretamente aspectos como expectativas dos professores, experiências de pertencimento, práticas de superproteção, capacitismo ou formas concretas de articulação pedagógica no cotidiano das escolas.

Assim, barreiras pedagógicas e atitudinais devem ser consideradas, neste estudo, como dimensões analíticas a partir das quais os documentos e dados disponíveis serão examinados, evitando-se atribuir à rede municipal características que não possam ser sustentadas pelas evidências coletadas.

Essa distinção é fundamental para a análise da política de Educação Especial em Tangará da Serra. Mais do que verificar se existem serviços especializados, torna-se necessário compreender quais condições institucionais foram construídas, quais desafios podem ser identificados a partir das evidências disponíveis e, principalmente, quais dimensões da inclusão ainda não são suficientemente contempladas pelos indicadores municipais.

A questão desloca-se, portanto, da simples expansão da oferta para a capacidade de transformar recursos institucionais em condições concretas de participação, aprendizagem e pertencimento.

Diante desse contexto, o presente estudo parte da seguinte questão de pesquisa: em que medida a estrutura institucional e as políticas de Educação Especial implementadas na rede municipal de Tangará da Serra – MT apresentam condições para enfrentar barreiras pedagógicas e atitudinais e contribuir para a efetivação da educação inclusiva?

A relevância da investigação reside na possibilidade de analisar criticamente a relação entre a institucionalização da Educação Especial, a expansão dos serviços especializados e os desafios relacionados à efetivação da inclusão escolar. Ao mesmo tempo em que reconhece os avanços institucionais observados no município, o estudo busca evitar a equivalência entre oferta de serviços e inclusão efetiva, contribuindo para uma compreensão mais ampla da política educacional e para a identificação de indicadores e estratégias capazes de acompanhar não apenas o acesso, mas também a participação, a aprendizagem e o pertencimento dos estudantes.

OBJETIVO

OBJETIVO GERAL

Analisar a estrutura institucional e as políticas de Educação Especial da rede municipal de ensino de Tangará da Serra – MT, identificando condições, desafios e possíveis barreiras pedagógicas e atitudinais relacionadas à efetivação da educação inclusiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) caracterizar a evolução das matrículas dos estudantes público da Educação Especial e sua inserção nas classes comuns da rede municipal de ensino de Tangará da Serra – MT;
- b) descrever a estrutura institucional da Educação Especial no município, considerando o Atendimento Educacional Especializado, as Salas de Recursos Multifuncionais, os serviços especializados e os profissionais envolvidos;

c) analisar as diretrizes estabelecidas pela legislação e pelos documentos institucionais municipais para a organização e efetivação da educação inclusiva;

d) identificar, nos dados e documentos analisados, condições e desafios relacionados às barreiras pedagógicas e atitudinais que podem interferir na participação e na aprendizagem dos estudantes;

e) discutir os limites dos indicadores disponíveis para avaliar a efetividade da política municipal de Educação Especial, especialmente quanto às dimensões de participação, aprendizagem, acessibilidade e pertencimento escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza documental, descritiva e analítica, com abordagem qualitativa e utilização de dados quantitativos secundários. O objeto de análise é a política de Educação Especial e suas condições institucionais de implementação na rede municipal de ensino de Tangará da Serra – MT.

O estudo não pretende avaliar individualmente professores, gestores, estudantes ou unidades escolares, mas compreender a organização da política municipal e os elementos que podem favorecer ou dificultar a efetivação da educação inclusiva.

O recorte temporal principal compreende o período de 2018 a 2025, considerando-se a disponibilidade e a comparabilidade dos dados. Documentos produzidos em 2026 são utilizados de maneira complementar, especialmente para contextualizar questões institucionais recentes relacionadas à organização da Educação Especial.

Foram consideradas informações provenientes do Censo Escolar e de bases educacionais oficiais, dados disponibilizados pelo município, legislação, Plano Municipal de Educação, documentos da Secretaria Municipal de Educação, atos do Poder Legislativo e demais registros públicos relacionados à Educação Especial. A seleção priorizou fontes oficiais, públicas, identificáveis e diretamente relacionadas ao objeto investigado.

Os dados quantitativos foram organizados em séries históricas e submetidos à estatística descritiva, considerando frequências absolutas, proporções e variações ao

longo do período analisado. Foram observados, principalmente, indicadores relacionados às matrículas dos estudantes público da Educação Especial, sua inserção em classes comuns, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), serviços especializados e estrutura profissional. Sempre que pertinente, os dados municipais foram contextualizados por informações estaduais e nacionais.

A análise documental foi realizada a partir de categorias previamente definidas, organizadas em quatro dimensões: estrutura institucional, abrangendo serviços, AEE, SRM e profissionais; política e regulamentação, contemplando legislação, metas, estratégias e responsabilidades; dimensão pedagógica, envolvendo currículo, planejamento, metodologias, avaliação, acessibilidade, formação e articulação entre profissionais; e dimensão atitudinal, relacionada a expectativas de aprendizagem, autonomia, participação, capacitismo, superproteção e possíveis processos de segregação.

As dimensões pedagógica e atitudinal foram utilizadas como categorias de análise, e não como pressupostos de que tais barreiras estejam necessariamente presentes na rede. Para garantir maior rigor interpretativo, as evidências foram diferenciadas em três níveis: evidência direta, quando a informação está explicitamente registrada em dados ou documentos oficiais; evidência indireta, quando determinada informação permite identificar uma condição ou questão institucional, mas não comprova sua ocorrência generalizada; e inferência analítica, correspondente à interpretação produzida mediante articulação entre os dados, os documentos e a literatura científica.

A interpretação dos resultados foi realizada por meio da triangulação entre dados quantitativos, documentos normativos e institucionais e literatura científica. Dessa maneira, a existência de determinado serviço, profissional ou política não foi considerada, isoladamente, evidência de inclusão efetiva.

Da mesma forma, manifestações institucionais ou discussões administrativas não foram interpretadas automaticamente como prova de insuficiência da política municipal. A análise buscou estabelecer uma relação entre acesso, estrutura, condições institucionais e efetivação da inclusão, reconhecendo os limites dos dados disponíveis.

Como principal limitação metodológica, destaca-se a utilização predominante de dados secundários e documentos oficiais. Essas fontes permitem analisar a institucionalização, a estrutura e as diretrizes da política municipal, mas não possibilitam observar diretamente as práticas pedagógicas, as relações interpessoais ou as experiências de professores, estudantes e famílias.

Consequentemente, o estudo não pretende mensurar a frequência de comportamentos capacitistas, determinar a qualidade da atuação profissional ou afirmar a existência generalizada de barreiras atitudinais. Tais dimensões são discutidas como aspectos relevantes para a avaliação da política e como possibilidades de investigação empírica posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados e documentos selecionados evidencia que a rede municipal de ensino de Tangará da Serra apresenta uma trajetória de institucionalização e ampliação da Educação Especial. Essa trajetória é caracterizada pela existência de regulamentação própria, serviços especializados, Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado e estrutura profissional vinculada ao atendimento dos estudantes público da Educação Especial.

Entretanto, os resultados também demonstram que a expansão desses mecanismos não permite, isoladamente, concluir pela efetivação da inclusão escolar. A principal questão identificada é a diferença entre aquilo que os indicadores estruturais conseguem demonstrar e aquilo que seria necessário conhecer para avaliar participação, aprendizagem, acessibilidade e pertencimento dos estudantes.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os dados analisados indicam que a Educação Especial ocupa posição institucionalizada na rede municipal de Tangará da Serra. Em 2023, a rede municipal registrava 12.431 matrículas e 240 matrículas de estudantes com deficiência. No mesmo período, estavam disponíveis 16 Salas de Recursos Multifuncionais nos Centros

Municipais de Ensino, além do Centro Municipal de Educação Especial Professora Isoldi Storck. Esses dados evidenciam a existência de uma estrutura específica destinada ao atendimento educacional especializado e constituem importante indicador da capacidade institucional construída pelo município.

A trajetória municipal também está relacionada ao processo de regulamentação da Educação Especial. O Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei Complementar nº 206/2015, estabeleceu estratégias relacionadas à ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais, formação continuada, contratação de pessoal especializado e fortalecimento do atendimento aos estudantes público da Educação Especial. Dessa forma, observa-se uma correspondência entre a política formal e a existência de mecanismos institucionais destinados à sua implementação.

Entretanto, a existência de estrutura não deve ser confundida com sua efetividade pedagógica. As 16 Salas de Recursos Multifuncionais, por exemplo, permitem afirmar que existe capacidade instalada para a oferta de determinados serviços, mas não permitem determinar, apenas com esse indicador, a frequência de utilização, a qualidade do atendimento, a articulação com o professor regente ou os efeitos do AEE sobre a aprendizagem.

O mesmo raciocínio se aplica ao Centro Municipal de Educação Especial: sua existência demonstra institucionalização da política, mas não constitui evidência suficiente sobre a qualidade das experiências educacionais vivenciadas pelos estudantes.

Essa distinção é central para interpretar os resultados. Um indicador estrutural responde à pergunta “o serviço existe?”; a avaliação da inclusão efetiva exige responder questões adicionais: “como o serviço é utilizado?”, “como se articula ao ensino comum?”, “quais barreiras são enfrentadas?” e “quais efeitos produz sobre a participação e a aprendizagem?”. Assim, os dados disponíveis permitem reconhecer avanços institucionais, mas também revelam a necessidade de indicadores qualitativos e educacionais mais específicos.

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS E ESTRUTURA PROFISSIONAL

A expansão da estrutura profissional constitui outro elemento relevante da política municipal. Em 2024, o Projeto de Lei Complementar nº 002/2024 propôs a ampliação das vagas destinadas ao cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial (ADI/AEE) na zona urbana, de 70 para 81 vagas. O dado representa crescimento de aproximadamente 15,7% no número de vagas previstas e demonstra reconhecimento institucional da necessidade de ampliar a força de trabalho relacionada ao atendimento educacional.

Contudo, vagas previstas não equivalem necessariamente a profissionais efetivamente em exercício e, portanto, não permitem avaliar isoladamente a suficiência ou a distribuição da força de trabalho entre as escolas.

Essa questão permanece presente no debate institucional. Em 2026, o Requerimento nº 10/2026 da Câmara Municipal solicitou informações à Secretaria Municipal de Educação sobre cargos, ocupação, planejamento e critérios de atuação dos professores de Educação Especial. Outro requerimento apresentado no mesmo período tratou da convocação de profissionais da educação, com atenção à Educação Especial.

Esses documentos não devem ser interpretados como prova de insuficiência da política municipal, mas como evidências de que a organização da força de trabalho especializada permanece objeto de discussão institucional.

Do ponto de vista da inclusão, o resultado é relevante porque desloca a discussão da simples quantidade de profissionais para a organização do trabalho pedagógico. A presença de um profissional de apoio ou de Educação Especial pode representar importante recurso para determinados estudantes, mas não deve produzir a transferência da responsabilidade pela escolarização para um único trabalhador. A inclusão pressupõe atuação articulada entre professor regente, profissionais especializados, gestão escolar e demais integrantes da comunidade educacional.

Nesse sentido, a expansão da força de trabalho deve ser acompanhada por indicadores que permitam compreender sua distribuição, atribuições, formação, condições de trabalho e articulação com os demais profissionais. Sem essas informações,

o indicador quantitativo permanece importante, mas insuficiente para avaliar sua contribuição efetiva para a inclusão.

DA EXPANSÃO DO ACESSO À EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO

No cenário nacional, a expansão das matrículas em classes comuns constitui uma das principais transformações recentes da Educação Especial. Entre 2011 e 2023, houve crescimento de 189,64% nas matrículas de estudantes público da Educação Especial em classes comuns da educação básica, enquanto as matrículas em classes ou escolas especiais apresentaram redução de 20,54%. Em 2023, 42,21% dos estudantes públicos da Educação Especial matriculados em classes comuns realizavam Atendimento Educacional Especializado, segundo o Censo Escolar.

Esse movimento oferece importante parâmetro para interpretar a realidade municipal. A expansão do acesso representa avanço no processo de construção de sistemas educacionais inclusivos, especialmente quando associada à redução de formas segregadas de escolarização. Contudo, a matrícula em classe comum constitui apenas uma das dimensões da inclusão. A permanência física do estudante no espaço escolar não garante, necessariamente, acesso ao currículo, participação nas atividades, interação com os pares ou aprendizagem.

Essa diferença também pode ser observada na realidade de Tangará da Serra. A existência de estudantes matriculados, serviços especializados e Salas de Recursos Multifuncionais demonstra condições institucionais favoráveis à inclusão, mas não permite concluir que todos esses elementos estejam efetivamente articulados no cotidiano escolar. A questão central passa a ser, portanto, como transformar a expansão do acesso e da estrutura em participação pedagógica efetiva.

A análise permite identificar, nesse ponto, um possível descompasso entre os indicadores atualmente disponíveis e a complexidade do fenômeno da inclusão. É possível conhecer o número de matrículas, serviços e profissionais com relativa objetividade; entretanto, há menos informações sistematizadas sobre participação, pertencimento, aprendizagem individual, acessibilidade curricular e experiência escolar dos estudantes públicos da Educação Especial.

Esse resultado não significa que a política municipal seja ineficaz. Significa, sobretudo, que os indicadores disponíveis são mais adequados para medir estrutura e acesso do que para avaliar qualidade e efetividade da inclusão. Essa distinção deve ser considerada tanto na interpretação dos resultados quanto na formulação de políticas públicas.

BARREIRAS PEDAGÓGICAS E ARTICULAÇÃO ENTRE AEE E ENSINO COMUM

As barreiras pedagógicas constituem uma das principais dimensões a serem consideradas quando se passa da análise estrutural para a análise da efetividade da inclusão. Elas podem estar relacionadas ao planejamento, currículo, metodologias, avaliação, acessibilidade, recursos pedagógicos, formação profissional e articulação entre os diferentes agentes responsáveis pela escolarização.

No caso analisado, os documentos evidenciam a existência de serviços e estruturas destinados a apoiar a escolarização, mas não permitem verificar diretamente como esses recursos são incorporados ao planejamento cotidiano das salas comuns. A existência do AEE, por exemplo, é uma condição importante, mas seu potencial inclusivo depende de sua articulação com o trabalho pedagógico realizado na classe comum.

Essa questão é particularmente importante porque o AEE possui função complementar ou suplementar à escolarização. Portanto, não deve ser compreendido como espaço que substitui a aprendizagem desenvolvida na sala comum ou como mecanismo pelo qual toda a responsabilidade pelo estudante público da Educação Especial é deslocada para o profissional especializado.

A partir das evidências analisadas, não é possível afirmar que exista generalizadamente uma ruptura entre AEE e ensino comum na rede municipal. Entretanto, também não existem, nas fontes examinadas, indicadores suficientes para demonstrar sistematicamente o grau de articulação entre esses espaços. Essa ausência de informação constitui, por si só, um importante resultado da pesquisa, pois demonstra uma lacuna no acompanhamento da política.

A mesma lógica se aplica ao currículo e à avaliação. A legislação e as políticas inclusivas apontam para a necessidade de acessibilidade e participação, mas os dados administrativos analisados não permitem verificar em que medida os estudantes têm acesso aos mesmos objetivos educacionais, a estratégias diversificadas de ensino e a formas adequadas de avaliação. Consequentemente, essas dimensões devem ser incorporadas aos mecanismos de monitoramento da política municipal.

A formação continuada também aparece como condição relevante. O município apresenta iniciativas de formação profissional, o que constitui aspecto favorável à política. Contudo, a existência de ações formativas não permite mensurar seu impacto sobre as práticas pedagógicas. Para que a formação contribua efetivamente para a redução de barreiras, precisa estar relacionada a situações concretas de planejamento, acessibilidade, avaliação, trabalho colaborativo e resolução de problemas encontrados nas escolas.

Assim, os resultados apontam menos para uma ausência absoluta de recursos e mais para a necessidade de compreender como os recursos existentes são convertidos em práticas pedagógicas inclusivas.

BARREIRAS ATITUDINAIS: EVIDÊNCIAS E LIMITES DA ANÁLISE

As barreiras atitudinais apresentam maior dificuldade de mensuração por meio de dados administrativos, pois envolvem concepções, expectativas, relações interpessoais e práticas cotidianas. Por essa razão, os documentos analisados não permitem afirmar que professores ou demais profissionais da rede apresentem, de maneira generalizada, comportamentos capacitistas, preconceituosos ou segregadores.

Entretanto, essa impossibilidade de mensuração direta não significa que a dimensão atitudinal deva ser desconsiderada. Ao contrário, ela representa uma dimensão fundamental para compreender a efetivação da inclusão. Questões como expectativas de aprendizagem, autonomia, participação, pertencimento e distribuição de responsabilidades podem interferir significativamente na experiência escolar dos estudantes.

Um aspecto que merece atenção é a possibilidade de concentração da responsabilidade pelo estudante em profissionais específicos. A existência de profissionais de apoio é importante e, em determinadas situações, indispensável.

Contudo, quando o apoio individual passa a ser compreendido como substituição da responsabilidade pedagógica do professor regente, existe o risco de produzir uma inclusão predominantemente física: o estudante está presente na classe, mas permanece separado das experiências pedagógicas e sociais dos demais alunos.

Esse risco é apresentado aqui como possibilidade analítica, e não como prática comprovadamente generalizada na rede. A documentação disponível não permite observar diretamente as situações desse tipo ocorrem, com que frequência ou em quais escolas. Para responder a essas questões seria necessária investigação empírica envolvendo professores, profissionais de apoio, gestores, estudantes e, quando pertinente, famílias.

O mesmo cuidado deve ser aplicado ao capacitismo e às baixas expectativas. A literatura demonstra a relevância dessas dimensões para a construção de culturas escolares inclusivas, mas não seria metodologicamente adequado atribuí-las à rede municipal sem evidências provenientes de observação, entrevistas ou instrumentos específicos. Assim, o principal resultado nesta dimensão é a identificação de uma **lacuna de informação**, e não a comprovação de uma barreira atitudinal generalizada.

O DESCOMPASSO ENTRE POLÍTICA, ESTRUTURA E PRÁTICA

A análise conjunta dos dados permite identificar uma tensão central. Tangará da Serra apresenta avanços importantes na institucionalização da Educação Especial, mas a existência de políticas, serviços, profissionais e estruturas não permite concluir automaticamente que as barreiras à inclusão tenham sido superadas.

Esse resultado pode ser representado por três níveis de análise. O primeiro corresponde à política formal, constituída por legislação, planos, metas e diretrizes. O segundo corresponde à estrutura institucional, composta por serviços, profissionais, AEE,

SRM e demais mecanismos de apoio. O terceiro corresponde à prática escolar, na qual se concretizam ou não as condições de participação, aprendizagem e pertencimento.

Os dois primeiros níveis podem ser analisados com relativa objetividade por meio dos documentos e dados disponíveis. O terceiro, entretanto, exige instrumentos capazes de captar o cotidiano escolar. É justamente nessa passagem entre estrutura e prática que se concentra uma das principais questões identificadas pelo estudo.

Portanto, o resultado mais significativo não é a constatação de que a rede possui ou não possui recursos. A evidência aponta que há uma estrutura institucional relevante, mas os mecanismos disponíveis para avaliar o que essa estrutura produz no cotidiano escolar ainda são insuficientes.

Essa constatação possui implicações importantes para a política municipal. O acompanhamento da Educação Especial não deveria limitar-se ao número de matrículas, profissionais ou salas existentes. Seria necessário incorporar indicadores de frequência, permanência, participação, aprendizagem, acessibilidade, utilização dos recursos, articulação entre AEE e sala comum e formação dos profissionais.

Também seria pertinente desenvolver mecanismos qualitativos de acompanhamento, capazes de identificar como os estudantes vivenciam o cotidiano escolar. Indicadores de pertencimento, participação e autonomia, associados a instrumentos de escuta de estudantes, professores e famílias, poderiam complementar os dados administrativos e oferecer uma visão mais próxima da efetividade da inclusão.

Dessa maneira, os resultados sugerem que a política municipal se encontra diante de uma etapa qualitativamente diferente daquela relacionada apenas à expansão do acesso. O desafio passa a ser transformar a estrutura institucional existente em práticas escolares capazes de assegurar que os estudantes públicos da Educação Especial não apenas estejam matriculados e presentes na escola, mas tenham efetivas oportunidades de participar, aprender e pertencer.

A análise, portanto, não sustenta a conclusão de que a rede municipal tenha superado as barreiras pedagógicas e atitudinais, mas também não permite afirmar que tais barreiras estejam generalizadamente presentes. O que as evidências permitem afirmar é que a estrutura institucional está mais bem documentada do que os efeitos dessa estrutura

sobre as experiências concretas de escolarização. Essa diferença constitui o principal ponto de atenção para o aperfeiçoamento da política municipal e uma importante agenda para pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a efetivação da educação inclusiva na rede municipal de ensino de Tangará da Serra – MT não pode ser avaliada exclusivamente pela existência de matrículas, serviços especializados ou profissionais destinados à Educação Especial.

Os dados e documentos analisados demonstram que o município possui uma estrutura institucional consolidada, composta por regulamentação específica, Atendimento Educacional Especializado, Salas de Recursos Multifuncionais, Centro Municipal de Educação Especial e profissionais vinculados ao atendimento dos estudantes público da Educação Especial. Esses elementos representam avanços relevantes na institucionalização da política e na garantia do direito de acesso à educação.

Entretanto, os resultados evidenciam que a ampliação da estrutura institucional não garante, isoladamente, a superação das barreiras que podem limitar a participação e a aprendizagem. A inclusão escolar depende da articulação entre os serviços especializados e o ensino comum, da acessibilidade curricular, da diversificação das estratégias pedagógicas, da avaliação inclusiva, da formação dos profissionais e da construção de práticas que reconheçam o estudante como sujeito do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, o principal desafio identificado não está exclusivamente na ampliação quantitativa dos serviços, mas na capacidade de transformar os recursos institucionais existentes em condições concretas de participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento. A existência do AEE e das Salas de Recursos Multifuncionais, por exemplo, constitui importante condição de apoio, mas sua contribuição para a inclusão depende da articulação com o planejamento e as práticas desenvolvidas na sala comum.

Em relação às barreiras atitudinais, os dados e documentos analisados não permitem afirmar a existência generalizada de preconceito, capacitismo, baixas expectativas ou outras formas de discriminação entre os profissionais da rede. Essa limitação deve ser considerada como parte do próprio resultado da pesquisa.

A análise documental possibilitou identificar a relevância dessas dimensões para a política de inclusão, mas não permite observar diretamente como tais fenômenos se manifestam no cotidiano das escolas. Para isso, seriam necessários procedimentos empíricos complementares, como entrevistas, questionários e observação das práticas escolares.

A pesquisa também evidenciou uma importante lacuna no sistema de acompanhamento da política municipal: os indicadores disponíveis permitem conhecer com maior precisão aspectos relacionados ao acesso e à estrutura, mas oferecem informações mais limitadas sobre participação, aprendizagem, pertencimento e qualidade das experiências escolares.

Dessa forma, recomenda-se que o monitoramento da Educação Especial incorpore indicadores capazes de acompanhar não apenas o número de matrículas e serviços ofertados, mas também frequência, permanência, participação, aprendizagem, acessibilidade, utilização dos recursos e articulação entre o AEE e o ensino comum.

Outro aspecto relevante refere-se à formação e à organização do trabalho dos profissionais. A ampliação do quadro de trabalhadores constitui medida importante, mas deve estar acompanhada de definição clara de atribuições, formação continuada e planejamento colaborativo. A responsabilidade pela escolarização do estudante público da Educação Especial deve permanecer integrada ao trabalho pedagógico da escola, evitando a concentração dessa responsabilidade exclusivamente em profissionais de apoio ou da Educação Especial.

Diante disso, entende-se que a política de Educação Especial de Tangará da Serra apresenta avanços institucionais importantes, mas encontra um desafio qualitativamente distinto: avançar da expansão da estrutura para a avaliação de sua efetividade. A consolidação de uma política inclusiva exige que os recursos existentes sejam acompanhados por mecanismos capazes de verificar se os estudantes estão efetivamente

participando das experiências escolares, aprendendo e pertencendo à comunidade educacional.

Por fim, reconhece-se como principal limitação do estudo a utilização predominante de dados secundários e documentos institucionais. Essa característica permite analisar a estrutura, as diretrizes e os mecanismos formais da política municipal, mas não capta integralmente as experiências de estudantes, famílias, professores, gestores e profissionais da Educação Especial. Pesquisas futuras poderão ampliar os resultados por meio de investigação empírica nas unidades escolares, possibilitando analisar diretamente as práticas pedagógicas, as relações profissionais e as experiências de participação e pertencimento.

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva em Tangará da Serra deve ser compreendida como um processo permanente de construção e aperfeiçoamento. A existência de uma política institucionalizada constitui condição necessária, mas sua efetivação depende da articulação contínua entre políticas públicas, recursos, formação profissional, práticas pedagógicas acessíveis e transformação das culturas escolares. O desafio central consiste em assegurar que o estudante não apenas esteja matriculado e presente na escola, mas encontre condições efetivas para participar, aprender e pertencer em igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica: conceitos e orientações**. Brasília, DF: INEP, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: linha do tempo**. Brasília, DF: MEC, 2025.

TANGARÁ DA SERRA (MT). Câmara Municipal. **Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2025**. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei Complementar nº 206, de julho de 2015. Tangará da Serra, MT, 2025.

TANGARÁ DA SERRA (MT). Câmara Municipal. **Requerimento nº 10/2026**. Solicita informações à Secretaria Municipal de Educação acerca dos cargos, ocupação, planejamento e critérios de atuação dos professores de Educação Especial. Tangará da Serra, MT, 2026.

TANGARÁ DA SERRA (MT). **Lei Complementar nº 206, de 1º de julho de 2015**. Dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Educação. Tangará da Serra, MT, 2015.

UNESCO. **Celebrating inclusion in education: 30th Anniversary of Salamanca Statement**. Paris: UNESCO, 2024.

UNESCO. **Global education monitoring report 2020: inclusion and education – all means all**. Paris: UNESCO, 2020.

UNESCO. **The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education**. Paris: UNESCO, 1994.

Submissão: junho de 2026. Aceite: julho de 2026. Publicação: setembro de 2026.